*Artigo

Conceito de Racismo

As discussões sobre raça e racismo no Brasil estão sendo abordadas de maneira disseminada, por atores diversos, que incluem: a sociedade civil organizada, acadêmicos, gestores públicos Apresentam-se de forma polarizada, conforme o campo de forças no qual se dão. Pode-se identifica um grupo de reflexões acadêmicas que pensam a problemática racial em termos de identidade nacional, privilegiando as noções de mestiçagem e democracia racial que constituíram, historicamente,a singularidade do Brasil frente aos exemplos de segregação racionais,outros grupo de reflexões chama a atenção sobre os efeitos do racismo na vida das pessoas – que chegam até o ponto de negação da própria humanidade de certos grupos – decorrentes de processos de racialização, ou seja, de dispositivos que racializam o acesso ao poder e às posições de prestígio social, e naturalizam as desigualdades entre grupos, aos quais são atribuídas características tratadas como fixas ou dadas como naturais sob certas condições econômicas, políticas e culturais,nesses debates que aponta a existência do racismo e a pertinência da nesses debates que apontam legitimar (ou deslegitimar) a existência do racismo e a pertinência da raça como conceito analítico a respeito da realidade social brasileira, pouco lugar têm as reflexões sobre os mecanismos do racismo nas instituições. Um dos motivos de ausência parcial deste tipo de reflexão pode estar relacionado às dificuldades de as instituições reconhecerem esses mecanismos se autoexaminarem como (re)produtore disputas da militância negra contemporânea frente ao poder público. A própria Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (oficializada em maio de 2009, e que se encontra em processo de implementação em estados e municípios) traz, para o centro das discussões, o conceito de racismo institucional, e contempla ações para sua desconstrução, sendo seu objetivo geral: "promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS" (Brasil, 2010, p.33).Trata-se de uma reflexão teórico-conceitual baseada em análise de literatura acadêmica, assim como de documentos produzidos por órgãos oficiais brasileiros e internacionais que estão constituindo o racismo institucional como "problema social", no sentido que Lenoir (1996) dá ao termo. Em primeiro lugar, realizo uma reflexão sobre a dimensão histórica do racismo institucional no Brasil e suas respostas políticas atuais. Num segundo momento, abordo o racismo institucional como problema social", no sentido que Lenoir (1996) dá ao termo. Em primeiro lugar, realizo uma reflexão sobre a dimensão histórica do racismo institucional no

Brasil e suas respostas políticas atuais. Num segundo momento, abordo o racismo institucional como conceito organizador de uma nova pauta de ações e reflexões de atores sociais que intervêm no processo de elaboração de políticas públicas em busca da promoção da igualdade racial. Por último, foco como vem sendo trabalhado, analiticamente, o racismo institucional na área da saúde, e sua relação com outros conceitos que o complementam. Destaco que, para se pensarem noções de igualdade, equidade e cidadania na sociedade brasileira,a discussão deve ser permeada pela perspectiva racial. Nessa arena, o conceito de racismo institucional permite examinar o sistema de correlações de força não projetado em sua integralidade, mas que funciona sob o pressuposto biopolítico da seleção e da proteção do segmento branco em comparação aos segmentos não brancos da população (Anjos, 2004), a partir da existência de mecanismos que geram desigualdades ligadas à educação escolar, à seletividade do mercado de trabalho, à pobreza, às condições de saúde/adoecimento e, nesse sentido, pode-se afirmar que o racismo teve uma configuração institucional, tendo o Estado legitimado historicamente o racismo institucional. Este fato dá legitimidade às políticas de ação afirmativa na atualidade, e nos permite um entendimento da complexidade que envolve essas ações.

Funcionários Estaduais: Aureni Silva de Andrade, Sabrina Borges dos Santos, Senhorinha Bouret de Matos e Zenilda Angélica da Silva

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Norsilândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Everttton Matheus Nogueira
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.265.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247 W
CNPJ 01.826.544/0001-09
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Técnicos da UFMT aceitam reajuste de 10% e voltam ao trabalho

Os técnicos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) encerraram a greve após aceitarem a proposta de reajuste de 10,8% do governo federal. Eles retornaram ao trabalho nesta quinta- feira, 8. O acordo foi homologado pelo governo federal nesta quarta-feira, 7. Os funcionários estavam parados havia 133 dias. O reajuste de 10,8% deve ser concedido de forma parcelada, sendo a primeira em agosto de 2016 e a segunda, em janeiro de 2017. A categoria também conseguiu aumento de 24% no vale-alimentação e 300% no auxílio creche/escola aos servidores com filho de até seis anos de idade, de acordo com a a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da UFMT (Sintuf-MT), Léia de Souza Oliveira.

voltaram

Com o fim da greve, os órgãos administrativos da universidade, como o restaurante universitário, a biblioteca, os laboratórios, o protocolo central e as secretarias de curso voltaram a funcionar. Os técnicos que atuam nos campi de Sinop, Rondonópolis, Barra do Garças e no Hospital Universitário Júlio Müller, em Cuiabá, também retomaram as atividades.

Acordo

"Aceitamos [o acordo] para não ter maior perda salarial. Suspendemos a greve, tendo um recuo estratégico, porque não houve ganho real. Só vamos diminuir as perdas acumuladas, que corresponde a mais 30%", disse a coordenadora. Também em greve, os professores da UFMT devem decidir se irão ou não continuar em greve.

Análise

Uma assembleia está marcada para esta quinta-feira, 08. Eles devem votar o indicativo de fim da greve. Além disso, devem analisar se aceitam a proposta do governo federal para o retorno das atividades. A greve dos professores da UFMT completa 134 dias nesta quinta-feira e é considerada a maior da história da instituição.

Economia

O governo estadual, durante a revisão de projetos da área de Infraestrutura, constatou a possibilidade de economizar R$ 41 milhões em obras de pontes, da fase 1 do Programa MT Integrado, do ex-governador Silval Barbosa (PMDB). A divulgação foi feita durante entrevista concedida ao programa Chamada Geral, da rádio Mega FM.

*Bastidores da Política

Unanimidade

Por unanimidade os vereadores tangaraenses aprovaram esta semana mais de R$ 800 mil – previstos em dois projetos de lei – para que o Município garanta a recuperação, manutenção e conservação das estradas rurais não pavimentadas. A preocupação é com o período de chuvas que se aproxima, quando problemas nas estradas se agravam.

Suplementação

Os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei 148/2015, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 400 mil. Segundo o texto do projeto, os recursos serão utilizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura na manutenção da frota responsável pela conservação das rodovias estaduais e municipais não pavimentadas.

Aquisição

Os vereadores também aprovaram o Projeto 150/2015 autorizando R$ 425 mil reais para a aquisição de uma máquina motoniveladora. De acordo com a Sinfra, o equipamento irá auxiliar as atividades desempenhadas nas rodovias estaduais e rodovias municipais não pavimentadas. Os recursos para a aquisição da máquina são do (FETHAB).

Aprovaram

Os vereadores aprovaram esta semana dois projetos que autorizam crédito suplementar para a Secretaria Municipal de Saúde. Juntos, os projetos 146/2015 e 143/2015 autorizam mais de R$ 300 mil em recursos a serem utilizados para a realização de obras de adequação no hospital municipal e para a aquisição de equipamentos de saúde.

Readequações

Por unanimidade, os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei 146/2015, que permite ao Poder Executivo utilizar 92 mil e 400 reais na readequação das instalações elétricas do Hospital Materdai. De acordo com a justificativa do projeto, as obras são necessárias para o aumento de carga a unidade consumidora, com instalação de posto de transformação.

Crédito

Outro projeto aprovado pelos vereadores é o 143/2015, que autoriza abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 230 mil destinados a custear despesas da Secretaria Municipal de Saúde. Os recursos, segundo o Poder Executivo Municipal serão utilizados na construção de uma Academia da Saúde para maior comodidade da população.

Capacitação

A Assembleia Legislativa promoverá cursos de capacitação para os vereadores do interior em temas como licitação, contabilidade e jurídico. Na noite desta quinta-feira,08, O presidente do Legislativo estadual, Guilherme Maluf esteve na União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (Ucmmat) para a assinatura do convênio.

Interiorização

Maluf destacou a interiorização da Assembleia Legislativa, que já iniciou o projeto "Assembleia Itinerante" no fim do mês passado no município de Comodoro, e agora valoriza as Câmaras Municipais, começando a capacitação dos vereadores do interior, por meio da Escola do Legislativo da Casa de Leis.

Assembleia anula decreto de Taques que cria Conselho LGBT no Estado

"O decreto do governador Pedro Taques é inconstitucional. A secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos foi criada por lei. Por isso, qualquer órgão vinculado também depende de legislação aprovada pela Assembleia", explica. De acordo com Emanuel, a Assembleia pretende sustar os efeitos do decreto 2532015 e aguardar o envio de mensagem do Executivo propondo a criação do Conselho LGBT, em conformidade com a Constituição. "Sou favorável a cidadania e aos direitos dessa parcela da população. A mensagem vai proporcionar o amplo debate sobre o assunto", completa.

Já Sebastião Rezende, ligado à Igreja Assembleia de Deus, deixou claro que é contra o Conselho LGBT por motivação religiosa. "Todos conhecem minha posição sobre o assunto. Não cabe expor novamente", disse da tribuna. Oscar Bezerra subscreveu o decreto legislativo, mas preferiu não se manifestar sobre o assunto.